

Aposentadoria e a transformação dos modos de vida no campo

*Vanessa Aparecida Moreira de Barros, Ana Louisse de Carvalho Fiúza
y Barbara Luiza Teixeira Lopes*

Resumo

A promulgação das leis 8.212 e 8.213, aderidas pela Constituição Brasileira de 1988, contribuíram para o acesso universal dos trabalhadores rurais a aposentadoria. Neste sentido, a presente pesquisa busca verificar os efeitos da aposentaria rural na mudança dos modos de vida dos idosos rurais. Em um primeiro momento foi realizado uma pesquisa bibliográfica com dissertações e teses que analisaram os efeitos da aposentadoria rural na vida dos idosos. Os resultados indicaram que a efetivação dessas duas leis gerou uma reviravolta na vida dos idosos rurais. Estes passaram a contar com uma renda que antes não existia, aumentou o poder de compra, possibilitou investimentos na unidade doméstica e de produção, etc. O recebimento da aposentadoria rural criou, assim, uma predisposição para planejar o amanhã. Verificou-se, por fim, que a renda advinda da aposentadoria, teve um impacto diferenciado na vida de homens e mulheres: estas, que eram acostumadas a trabalhar, mas não a receber pelo trabalho que realizavam, com a aposentadoria rural passaram de “dependente” a “autônomas”, emancipadas do ponto de vista do uso do dinheiro que recebiam.

Palavras-chave: aposentadoria rural, idosos rurais e modos de vida

Introdução

A temática da previdência social rural vem sendo amplamente discutida nas últimas décadas com o objetivo de averiguar os impactos dos benefícios para os segurados em diferentes regiões do Brasil. As primeiras pesquisas foram realizadas a partir de 1982 pelo Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea) e se intensificaram após a Constituição de 1988, com a incorporação do Plano de Custeio (Lei 8.212) e do Plano de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213) que passaram a compor o artigo 202 da Constituição. Estes planos preveem o acesso universal dos idosos e de pessoas com deficiência de ambos os sexos à previdência social rural, desde que comprovada a situação de produtor, parceiro, meeiro, arrendatário, garimpeiro e pescador artesanal, assim como os seus respectivos cônjuges que exerçam atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes (Brumer, 2002; Barbosa, 2007).

As pesquisas realizadas a partir da implementação das duas leis identificaram que o acesso dos rurais à renda beneficiária possibilitou uma transformação na vida individual e familiar. Os idosos rurais passaram a contar com uma renda que antes não existia ou era escassa, possibilitando, assim, investimentos na propriedade, nos meios de produção, na unidade doméstica e a aquisição de bens materiais e de consumo, dentre outros. Estudos com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1988 a 2002, relatórios de avaliação do Ipea e pesquisas realizadas pelos programas de pós-graduação apontaram os efeitos não-esperados da política de previdência social rural como a diminuição da pobreza rural, investimentos para melhorias do domicílio, compras de bens duráveis, suporte familiar, possibilidade de aquisição de medicamentos, acesso a serviços de saúde, fortalecimento da economia do município, entre outros (Schneider y Biolchi, 2003; Beltrão, et al., 2004; Beltrão, 2005; Bezerra, 2006; Carvalho, 2010; Barros, 2014).

A motivação para a realização do presente estudo partiu da pesquisa de mestrado realizada por Barros (2014) ao verificar os impactos da aposentadoria rural nos modos de vida dos idosos rurais, revelando uma lacuna a ser investigada. Para tanto, será realizado uma pesquisa para verificar a mudança da visão de mundo e das práticas dos idosos rurais e de sua família a partir da institucionalização do *habitus* previdenciário nas sociedades rurais do Brasil. No entanto, a pesquisa está em andamento e o presente trabalho apresenta os dados da primeira etapa, que compreende a análise dos resultados das dissertações e teses que trabalharam com a temática. Sendo assim, o objetivo foi de realizar uma pesquisa bibliográfica acerca da temática e buscar o estado da arte para entender as diversas discussões e pesquisas realizadas sobre a previdência social rural e as mudanças nos modos de vida.

Metodologia

A fim de alcançar o objetivo proposto buscou-se apresentar detalhadamente as duas etapas realizadas durante a pesquisa para alcançar os resultados.

Etapla 1: Foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da temática trabalhada e buscar o estado da arte para entender as diversas discussões e pesquisas realizadas sobre a previdência social rural. As buscas online nos bancos de dados da OASIS e IPEA foram baseadas na palavra-chave: Aposentadoria rural e previdência social rural. O OASIS é gerenciado pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) agrupa repositórios de teses, dissertação, artigos, trabalho de conclusão de curso e artigos. O Ipea é um dos principais órgãos de pesquisa que realizou estudos aprofundados para avaliar a previdência social rural.

Etapla 2: Análise estatística textual utilizando o software Alceste a partir dos resumos das dissertações, teses, artigos, relatórios técnicos e trabalhos de conclusão de curso.

Para realizar uma análise estatística textual utilizou-se os resumos selecionados no banco de dados Oasis e do Ipea. A amostra foi constituída por 15 resumos de dissertações, 4 resumos de teses, 24 resumos de artigos e 8 relatórios técnicos. A coleta de dados foi realizada conforme descrita na Etapa 1.

Após a organização dos 51 resumos passamos para etapa de formatação do texto, que chamamos de corpus para serem analisados com o auxílio do *software* Alceste (Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmento de Texto), desenvolvido na França por Max Reinert (Camargo, 2005).

Para iniciar as análises no programa, o *corpus* estruturado foi convertido para um arquivo de documento *Word for Windows* 2007, salvo no tipo texto-*txt* e, posteriormente, transportado para o Alceste iniciar as análises. Ressalta-se que o *corpus* de análise é lido pelo programa, através das seis Unidades de Contexto Iniciais (UCIs) correspondentes a cada uma das entrevistas.

Durante a análise dos dados, o *software* realiza quatro etapas para organização dos resultados: (1) leitura do texto e cálculo dos dicionários: corresponde à primeira etapa do processo, que é responsável por reformatar e dividir o texto para a organização das Unidades de Contexto Elementar (UCEs). Organiza os vocábulos, reduz as palavras e cria os dicionários; (2) cálculo das matrizes de dados e classificação das UCEs (cálculo de qui-quadrado medindo a importância das ligações em nível de significância de 5%): as

UCes são selecionadas e ocorrem os cálculos para a formação das matrizes pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD); (3) descrição das classes de UCes: definição e descrição das classes paralelas à Análise Fatorial de Correspondência (AFC); e, por fim, os (4) cálculos complementares: estruturação das UCes em cada classe, estruturação da Classificação Hierárquica Ascendente (CHA) e organização de outras informações que são exportadas no relatório de análise (*rapport détaillé*).

Após os resultados fornecidos pelo *software* Alceste, os dados foram analisados com base na literatura e organizados na forma de tabelas para mostrar a relação de variáveis presentes em cada uma das classes. Posteriormente, selecionaram-se fragmentos dos *corpus* para exemplificar a síntese realizada em cada classe e, assim, utilizaram-nos para verificar se os dados mais representativos que apareceram nos estudos sobre a previdência social rural. A utilização do *software* Alceste na análise foi um instrumento que contribuiu para a sistematização e síntese dos resultados.

Resultados

No processamento da análise-padrão do *software* Alceste, o *corpus* foi constituído de 51 UCIs, num total de 25 ocorrências, sendo 2.679 palavras diferentes, com média de 17.47 ocorrências por palavra. Para a análise que se surgiu, foram consideradas as palavras com frequência igual ou superior à média e com $X^2 \geq 3,84$. Após a redução dos vocábulos às suas raízes, foram encontradas 329 palavras reduzidas e analisáveis e 374 UCes. A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) reteve 96% do total das UCes do *corpus*, organizado em cinco classes (Figura 1).

CLASSE 3		CLASSE 4		CLASSE 2		CLASSE 1	
Qualidade de Vida		Reprodução Social		Pesquisa		Aspectos da Lei	
Vocabulaire	Phi	Vocabulaire	Phi	Vocabulaire	Phi	Vocabulaire	Phi
Melhoria	0,40	Grande	0,29	Realização	0,40	Idade	0,38
Condição	0,29	Atividades	0,25	Pesquisa	0,31	Aposentadoria	0,35
Dependência	0,28	Agrícola	0,24	Entrevistas	0,28	Modelo	0,34
Migração	0,23	Mostrar	0,22	Estudo	0,26	Salário mínimo	0,34
Beneficiar	0,31	Previdência	0,20	Objeto	0,26	Pagas	0,32
Relação	0,21	Observação	0,20	Investigar	0,25	Constituição Federal	0,32

Saúde	0,21	Trabalhador	0,19	Presente	0,25	1988	0,32
Família	0,21	Financia	0,17	Dados	0,23	Direito	0,30
Idosos	0,21	Contribuir	0,16	Analise	0,23	Homens	0,30
Relacionamento	0,19	Social	0,15	Campo	0,22	Comprovação	0,30
Condições de vida	0,19	Gasto	0,15	Socioeconômicos	0,21	Mulher	0,23

Figura 1. Dendograma da Classificação Hierárquica

Como pode ser observado na Figura 1, o *corpus* sofreu duas partições a partir do processamento do programa computacional. Houve a primeira partição, que originou duas aglomeração de classes, a Classe 1, denominada Aspectos da Lei, que ficou desmembrada das demais três classes, denominadas variáveis relacionadas a pesquisa, qualidade de vida e reprodução social, que a partir de então sofre mais duas subdivisões. Primeiramente separa-se a o agrupamento da Classe 2 e depois a das Classes 3 e 4, que permaneceram interligadas. Após essa etapa, houve a divisão dos subprodutos referentes às Classes 3 e 4.

Aspectos da Lei

A Classe 1, denominada “Aspectos da Lei”, envolveu 63 UCEs, com 71 palavras, significando 18% do *corpus*. As palavras que contribuíram para a discussão dessa classe foram idade, aposentadoria, modelo, salário mínimo, pagas, Constituição Federal, Mil Novecentos e Oitenta e Oito, direito, homens, comprovação e mulher. Estas palavras nos apontam para o marco legal (Barbosa, 2007) que aconteceu em 1988, o acesso universal da política de previdência e que provocou uma reviravolta na vida dos idosos, especialmente depois de 1991 que foram incorporadas duas novas leis para aperfeiçoar a lei previdenciária de 1988 e possibilitou a redução da idade para homens e mulher rurais, a garantia de uma renda fixa com igualdade de direito.

Com a aprovação das leis 8.212 e 8.213, em 1991, foram incorporadas parte das demandas sindicais da época, como o piso de salário mínimo para os benefícios, diminuição de cinco anos para acessar a aposentadoria rural, em comparação aos trabalhadores urbanos (55 anos para as mulheres rurais e 60 anos os homens), sendo que ambos podem acessar a esse direito dentro de uma mesma família (Brumer, 2002). A efetivação dessas duas leis e a expansão dos direitos pós Constituição de 1988 geraram uma reviravolta na

vida dos trabalhadores rurais, uma vez que passaram a contar com uma renda antes inexistente, tiveram seu poder de compra aumentado, investiram na unidade doméstica e de produção, etc. (Delgado e Cardoso Jr., 2000; 2004).

Nos resumos analisados pelo Alceste temos as UCEs que reforçam esse marco legal.

(...) a fixação de idades diferenciadas para o requerimento da aposentadoria por idade cinquenta e cinco anos para as mulheres e sessenta anos para os homens, e a igualdade de direitos entre trabalhadores e trabalhadores rurais (UCE nº 5).

(...) mesmo não tendo contribuído com o sistema previdenciário. Tais mudanças foram significativas, pois igualaram os direitos de mulheres e homens e fixaram um valor mínimo das (UCE nº 248).

(...) ocorreram mudanças significativas no sistema previdenciária, o caso dos trabalhadores rurais, pode se citar como principais mudanças a criação de um piso mínimo para os benefícios, garantindo o recebimento de pelo menos um salário mínimo (UCE nº 4).

Pesquisa

A Classe 2, nomeada “Pesquisa”, envolveu 95 UCEs, com 95 palavras, que correspondem a 27% do corpus. As palavras que se destacaram nessa classe foram realização, pesquisa, entrevistas, estudo, objeto, investigar, presente, dados e análise. Estas palavras mostraram os tipos de pesquisas que foram utilizadas para avaliar a previdência social rural com predominância de entrevistas para investigar seus efeitos.

Qualidade de Vida

A Classe 3, nomeada “Qualidade de Vida”, envolveu 80UCEs, com 64 palavras, que correspondem a 22% do corpus. As palavras que se destacaram nessa classe foram melhoria, condição, dependência, migração, beneficiar, relação, saúde, família, idosos, relacionamento e condições de vida. Estas apontam os principais efeitos da previdência social rural sendo a diminuição da pobreza pelas melhorias nas condições de vida dos idosos (Tonezer, 2004; Moraes, 2007), novo papel do idoso na família com a conquista da autonomia (Camarano, 2002; Tonezer, 2004; Carvalho, 2010; Tavares, 2011; Ramos & Arend, 2012) e a contenção da migração (Silva, 2006). As UCEs apresentadas a seguir chamam atenção para esses aspectos.

(...) por permitir que o idoso permaneça no meio rural com maior qualidade de vida, e por se traduzir muitas vezes em auxílio as famílias cujos jovens querem migrar para a cidade (UCE nº 144).

(...) A questão da avaliação do combate a pobreza de uma determinada sociedade e tarefa bastante complexa considerando-se a gama de fatores que a permeiam, tais como a educação, a cultura e a economia, propriamente dita (UCE nº 308).

(...) uma outra consequência é o maior empoderamento do idoso dentro da sua família, em particular das mulheres. O papel tradicional do idoso mudou de dependente para provedor, as mulheres foram as maiores beneficiárias dos avanços na seguridade social (UCE nº 148).

Esta última UCE chama atenção para o impacto da previdência social rural na vida das mulheres. O direito à aposentadoria para as mulheres, muito mais que para os homens, ganha dimensão maior pelo fato de grande parte das mulheres que vivem no campo nunca terem recebido ao longo da vida qualquer remuneração pelos trabalhos realizados. O recebimento da aposentadoria simboliza um reconhecimento delas como trabalhadoras. Antes de receberem o benefício as mulheres eram consideradas como “dependentes”, seja dos pais ou dos maridos, ao se aposentarem passam a ser vistas como “autônomas”, portadoras de direitos, como descrito nas palavras das idosas entrevistadas (Brumer, 2002).

Reprodução Social

A Classe 4, nomeada “Reprodução Social” com maior número de UCE, totalizando 119, com 102 palavras, que correspondem a 33% do *corpus*. As palavras que se destacaram nessa classe foram grande, atividades, agrícola, mostrar, previdência, observação, trabalhador, financia, contribuir, social e gasto. Estas palavras apontam para o papel de reprodução social da previdência social rural, tanto no aspecto social nos investimentos financeiros na unidade doméstica como reforma, aquisição de moveis e eletrodomésticos (Delgado e Cardoso, 2004; Santos, 2006; Barros, 2014) auxílio aos filhos (Schwarzer, 2000; Tavares, 2011; Júnior Vellani, 2013) entre outros com também na questão produtiva, uma das palavras que se destacaram foi agrícola e os estudos apontam que principalmente os homens investem o dinheiro do benefício na propriedade funcionando como um seguro agrícola.

(...) no entanto, embora a maior parte dos estabelecimentos pesquisados sejam ativos, poucos entrevistados declararam utilizar a renda dos benefícios para a manutenção das atividades produtivas agrícolas (UCE nº16).

(...) com a universalização da previdência social rural os benefícios previdenciários tornaram-se fonte importante de renda para as famílias rurais sobretudo em regiões economicamente frágeis, tais recursos têm permitido investimentos e custos produtivos assumindo o papel de uma espécie de seguro agrícola, para além de seus objetivos originais de política de proteção social (UCE nº 360).

(...) dessa forma as aposentadorias e pensões rurais enquanto recursos de proteção social estão cumprindo o papel de financiador de atividades agrícolas. (UCE nº 361).

As UCEs apresentadas corroboram com os estudos de Delgado e Cardoso Jr. (2000; 2003), Barbosa (2003) e Barros (2014) ressaltam que o idoso aposentado permanece na unidade produtiva e passa a investir seu benefício em atividades agrícolas, transformando um seguro social em seguro agrícola.

A síntese agrupada pela análise textual nas classes mostra os principais efeitos da previdência social rural que foi um marco legal que impactou na vida de milhões de famílias em todo Brasil propiciando a qualidade de vida para o idoso e sua família bem como a reprodução social dos mesmos.

Conclusão

Na primeira etapa da pesquisa, os resultados das avaliações da previdência social rural nas diferentes regiões brasileiras apresentadas nas dissertações, teses, artigos e relatórios técnicos mostraram que a rotinização da renda fixa dos aposentados fortaleceu uma visão social de mundo voltada para o tempo futuro. A segurança do recebimento do benefício previdenciário, mês após mês, permite, assim, a perspectiva de “futuro” na vida das famílias rurais com aposentados. A disposição para agir com base no tempo futuro se constitui em uma nova forma de ver a vida, pois os aposentados apresentam-se predispostos a introduzirem, em seus modos de vida, o planejamento do amanhã.

Por fim, destaca-se que o que foi apresentado até então, indica que a ausência da segurança financeira e o medo do futuro estavam presentes no cotidiano, pois os idosos viram seus pais morrerem sem um auxílio financeiro, viviam confiantes nas colheitas para sustentar a família e receber uma quantia que pudessem investir no necessário, mostrando uma realidade marcada pela

presença incerteza da renda. Após acessarem a política pública de previdência que lhes garante uma renda mensal. A segurança possibilita planejar o futuro, provocando uma mudança no modo de vida, tanto do idoso como da família.

Referências bibliográficas

- Barbosa, R. S. (2003) Seguro Social e Seguro Agrícola: o duplo papel da Previdência Social Rural. *Revista Científica*, 5(1), Disponível em <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/viewArticle/78>
- Barbosa, R. (2007). *Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Barros, V. A. M. (2014). *A aposentadoria rural e as mudanças nos modos de vida dos idosos que vivem no campo: em análise os municípios de Piranga e São Miguel do Anta, Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil.
- Beltrão, K. I., et al. (2004). A constituição de 1988 e o acesso da população rural brasileira à seguridade social. En A. A. Camarano (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60* (pp. 321-351). Rio de Janeiro: IPEA.
- Beltrão, K. I., Camarano, A. A. y Mello, J. L. (2005). *Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não - esperados dos avanços da Seguridade Rural*. Rio de Janeiro: IPEA (texto para discussão, 1066).
- Bezerra, A. J. A. (2006). *A Agricultura Familiar e a Universalização dos Direitos Sociais: Estudo sobre a previdência social rural no município de Morro Redondo, Rio Grande do Sul*, (Tese Doutorado em Agronomia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- Brumer, A. (2002). Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, 4(7), 50-81. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7.pdf>.
- Camarano, A. A. (Org.) (2002). *Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0858.pdf.
- Camargo, V. B. (2005). *ALCESTE: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais*. En A. S. P. Moreira (Org.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). João Pessoa: Editora Universitária.

- Carvalho, J. P.C. (2010). *A previdência rural universalista e sua relevância na economia dos municípios do Rio Grande do Norte*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Delgado, G. e Cardoso Jr., J. C. (2000). *Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil* (Projeto Avaliação Socioeconômica da Previdência Social Rural). Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (texto para discussão, 734).
- Delgado, G. e Cardoso Jr., J. C. (2004). O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: A Experiência Recente da Universalização. En A. A. Camarano (Org.), *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60* (pp. 253-292). Rio de Janeiro: IPEA.
- Júnior Vellani, R. L. (2013). *Diagnóstico da situação previdenciária dos produtores rurais de Alfenas, MG*. 75 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Produção na Agropecuária), Universidade José do Rosário Vellano, Alfenas, MG, 2013.
- Kageyama, A. (2002). Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002. *Agricultura em São Paulo*, 51(2), 71-84. Disponível em <http://www.iaea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-6.pdf>.
- Kreter, A. C. e Bacha, C.J.C. (2006) Avaliação da equidade da Previdência no meio rural do Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 44(3), 467-502. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032006000300006>.
- Lui, G. H. e Molina, S. M. G. (2013). Benefícios sociais e transição de modos de vida rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia. *Revista de Ciências Sociais*, 38, 137-155, Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14337>.
- Martins, A. L.M. (2004). *Estado e força de trabalho no Nordeste: ocupação no setor público e aposentadorias rurais na década de 1990-2004* (Tese Doutorado em Economia Aplicada), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.
- Morais, E. P. (2007). *Envelhecimento no meio rural: condições de vida, saúde e apoio dos idosos mais velhos de Encruzilhada do Sul-RS* (Tese Doutora em Enfermagem Fundamental) Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil.

- Ramos, M. P. e Arend, S. C. (2012). O impacto da reforma da previdência social rural brasileira nos arranjos familiares. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 29(1), 67-86, Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982012000100005>.
- Santos, J. R. (2006). *Previdência rural e suas interações com a realidade local: impactos territoriais em São José do Norte-RS*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2006.
- Schneider, S. y Biolchi, M. (2003). A previdência social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul. *Revista Indicadores Econômicos*, 30(4), 27-42. Disponível em <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1429>.
- Schwarzer, H. (2000). *Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil: evidências empíricas de um estudo de caso no Estado do Pará*. Texto para Discussão (IPEA), n. 729.
- Silva, T. F. (2006). *Mito de sísifo ou a grande transformação? A experiência brasileira com programas de transferência direta de renda*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- Tavares, V. O., et al. (2011). Interfaces entre a renda dos idosos aposentados rurais e o contexto familiar. *Textos & Contextos*, 10(1), 94-108. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/8725>.
- Tonezer, C. (2004). *Idosos Rurais de Santana da Boa Vista – Rio Grande do Sul: efeitos da cobertura previdenciária*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil.